



Banco Pan

Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial - 1º Semestre de 2015

27 de agosto de 2015



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa			PASSIVO	Nota explicativa		
		30/06/2015	30/06/2014			30/06/2015	30/06/2014
CIRCULANTE		<u>10.480.159</u>	<u>9.468.625</u>	CIRCULANTE		<u>15.305.837</u>	<u>14.048.603</u>
Disponibilidades	5	<u>66.863</u>	<u>53.016</u>	Depósitos	16.a	<u>9.814.375</u>	<u>9.846.086</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	<u>1.282.426</u>	<u>925.317</u>	Depósitos à vista		179.453	129.462
Aplicações no mercado aberto		1.205.762	806.998	Depósitos interfinanceiros		8.315.909	8.382.618
Aplicações em depósitos interfinanceiros		76.664	118.319	Depósitos a prazo		1.319.013	1.334.006
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>375.781</u>	<u>618.749</u>	Captações no mercado aberto	16.b	<u>266.153</u>	<u>296.597</u>
Carteira própria	7.a	42.940	193.981	Carteira própria		135.086	296.597
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	141.903	326.941	Carteira livre movimentação		131.067	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	167.897	23.360	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	<u>3.504.502</u>	<u>2.627.319</u>
Vinculados a prestação de garantias	7.a	23.041	74.467	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.588.428	2.610.103
Relações interfinanceiras		<u>72.152</u>	<u>53.900</u>	Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior		916.074	17.216
Pagamentos e recebimentos a liquidar		8.392	11.627	Relações interfinanceiras	17	<u>87.512</u>	<u>140.023</u>
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		3.034	2.774	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	3.422
Correspondentes no país		60.726	39.499	Correspondentes no País		87.512	136.601
Operações de crédito	8	<u>6.922.443</u>	<u>5.821.320</u>	Relações interdependências		<u>8.797</u>	<u>2.033</u>
Operações de crédito - setor privado		7.524.481	6.413.184	Recursos em trânsito de terceiros		8.797	2.033
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(602.038)	(591.864)	Obrigações por empréstimos	18.a	<u>102.005</u>	<u>169.780</u>
Operações de arrendamento mercantil	8	<u>13.115</u>	<u>50.727</u>	Empréstimos no País		101.930	1.639
Operações de arrendamento a receber		16.219	60.102	Empréstimos no Exterior		75	168.141
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(3.104)	(9.375)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	<u>6.890</u>	<u>6.953</u>
Outros créditos		<u>1.440.250</u>	<u>1.736.066</u>	Instrumentos financeiros derivativos		6.890	6.953
Carteira de câmbio	9.a	359.208	387.895	Outras obrigações		<u>1.515.603</u>	<u>959.812</u>
Rendas a receber		258	6.508	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		17.087	8.880
Negociação e intermediação de valores		5.649	2.930	Sociais e estatutárias		11	9
Recebíveis imobiliários	10	40.142	49.899	Fiscais e previdenciárias	21.a	118.834	98.567
Títulos e créditos a receber	8 e 11	722.160	587.648	Negociação e intermediação de valores		79.007	115.414
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(46.221)	(46.850)	Dívidas subordinadas	19	180.009	79.156
Diversos	11	359.054	748.036	Diversas	21.b	1.120.655	657.786
Outros valores e bens		<u>307.129</u>	<u>209.530</u>				
Outros valores e bens	12.a	225.600	129.578				
(Provisão para desvalorização)	12.a	(42.844)	(40.811)				
Despesas antecipadas	12.b	124.373	120.763				

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2015	30/06/2014	PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2015	30/06/2014
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>15.019.060</u>	<u>12.447.347</u>	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>7.236.806</u>	<u>6.362.502</u>
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	667	36.029	Depósitos	16.a	1.947.907	1.634.815
Aplicações em depósitos interfinanceiros		667	36.029	Depósitos interfinanceiros		110.173	48.690
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>1.508.576</u>	<u>797.820</u>	Depósitos a prazo		1.837.734	1.586.125
Carteira própria	7.a	160.849	318.993	Captações no mercado aberto	16.b	<u>985.645</u>	<u>393.185</u>
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	633.556	239.721	Carteira própria		559.570	213.701
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	507.880	117.648	Carteira de terceiros		426.075	179.484
Vinculados à prestação de garantias	7.a	206.291	121.458	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	<u>1.708.909</u>	<u>2.249.120</u>
Operações de crédito	8	<u>9.207.004</u>	<u>8.023.476</u>	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.708.909	1.613.395
Operações de crédito - setor privado		9.508.928	8.339.495	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		-	635.725
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(301.924)	(316.019)	Obrigações por empréstimos	18.a	<u>62.052</u>	<u>154.938</u>
Operações de arrendamento mercantil	8	<u>3.505</u>	<u>17.459</u>	Empréstimos no País		-	100.000
Operações de arrendamento a receber		4.334	20.686	Empréstimos no Exterior		62.052	54.938
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(829)	(3.227)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	<u>107.018</u>	<u>55.886</u>
Outros créditos		<u>3.875.449</u>	<u>3.249.874</u>	Instrumentos financeiros derivativos		107.018	55.886
Créditos específicos		866	2.040	Outras obrigações		<u>2.425.275</u>	<u>1.874.558</u>
Recebíveis imobiliários	10	49.873	120.637	Fiscais e previdenciárias	21.a	18.273	149.272
Títulos e créditos a receber	8 e 11	57.732	19.670	Negociação e intermediação de valores		715	2.624
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(32.204)	(526)	Dívidas subordinadas	19	1.695.521	1.226.521
Diversos	11	3.799.182	3.108.053	Diversas	21.b	710.766	496.141
Outros valores e bens		<u>423.859</u>	<u>322.688</u>	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		<u>1.808</u>	<u>1.977</u>
Despesas antecipadas	12.b	423.859	322.688	Resultados de exercícios futuros		1.808	1.977
PERMANENTE		<u>606.157</u>	<u>668.764</u>	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		<u>19</u>	<u>-</u>
Investimentos		<u>360.429</u>	<u>397.376</u>	Participação de acionistas minoritários		19	-
Participações em controladas	13.a	356.957	396.557	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.560.906</u>	<u>2.171.654</u>
Outros investimentos	13.b	3.472	819	Capital social:	22	<u>3.460.732</u>	<u>2.876.848</u>
Imobilizado de uso	14	<u>31.808</u>	<u>35.045</u>	De domiciliados no País		3.132.036	2.612.378
Outras imobilizações de uso		50.134	73.262	De domiciliados no Exterior		328.696	264.470
(Depreciações acumuladas)		(18.326)	(38.217)	Reserva de capital		195.208	5.209
Intangível	15.b	<u>213.920</u>	<u>236.343</u>	Reserva de lucros		2.819	(15.279)
Ativos intangíveis		325.235	314.150	Ajustes de avaliação patrimonial		(27.934)	(695.124)
(Amortizações acumuladas)		(111.315)	(77.807)	Prejuízos acumulados		(69.919)	-
TOTAL DO ATIVO		<u><u>26.105.376</u></u>	<u><u>22.584.736</u></u>	TOTAL DO PASSIVO		<u><u>26.105.376</u></u>	<u><u>22.584.736</u></u>



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	1º semestre 2015	1º semestre 2014
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>3.684.771</u>	<u>2.133.785</u>
Rendas de operações de crédito	8.g	3.179.076	2.133.382
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	6.090	19.701
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	260.467	(111.867)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	157.398	91.110
Resultado de operação de câmbio	9.b	81.740	1.459
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>(2.231.214)</u>	<u>(1.309.228)</u>
Operações de captação no mercado	16.d	(1.687.255)	(809.639)
Operações de empréstimos e repasses	18.b	(18.669)	(12.036)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(525.290)	(487.553)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.453.557</u>	<u>824.557</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(1.544.048)</u>	<u>(1.064.787)</u>
Receitas de prestação de serviços	23	225.049	172.350
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	13.516	30.067
Despesas de pessoal	24	(160.658)	(116.181)
Outras despesas administrativas	25	(946.074)	(698.404)
Despesas tributárias	26	(100.838)	(68.147)
Outras receitas operacionais	27.a	77.490	45.499
Outras despesas operacionais	27.b	(652.533)	(429.972)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>(90.491)</u>	<u>(240.230)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(26.055)	(28.317)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		<u>(116.546)</u>	<u>(268.547)</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	<u>46.626</u>	<u>119.319</u>
Provisão para imposto de renda		24.081	4.356
Provisão para contribuição social		8.574	(7.870)
Ativo fiscal diferido		13.971	122.833
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		1	-
PREJUÍZO LÍQUIDO		<u>(69.919)</u>	<u>(149.228)</u>

PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$
(Representado por 929.040.163 ações em 30/06/2015 e 535.076.075
em 30/06/2014)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Para integridade do patrimônio líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
Aumento de capital (Nota 23a)	-	1.500.000	-	-	-	-	-	1.500.000
Capital a integralizar (Nota 23a)	-	(1.500.000)	-	-	-	-	-	(1.500.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1.007	-	1.007
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(152.180)	(152.180)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	2.867.020	-	-	-	-	(15.279)	(694.860)	2.156.882
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.460.732	-	195.208	232	2.587	(24.273)	-	3.634.486
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.661)	-	(3.661)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(69.919)	(69.919)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	3.460.732	-	195.208	232	2.587	(27.934)	(69.919)	3.560.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais)

	1º semestre 2015	1º semestre 2014
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
PREJUÍZO LÍQUIDO	(69.919)	(149.228)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	15.431	10.307
Amortização de ágio	12.526	12.526
Constituição de provisão para contingências	102.275	81.814
Reversão/Constituição para desvalorização de bens não de uso próprio	(5.308)	(15.673)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	30.344	43.005
Perda por <i>impairment</i>	1.108	1.247
Equivalência patrimonial	(13.516)	(30.067)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	525.290	487.553
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(13.971)	(122.833)
Lucro líquido ajustado	584.260	318.649
Varição de Ativos e Passivos:		
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	352.941	199.352
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	872.127	(113.327)
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos	(228.836)	126.495
(Aumento) em relações interfinanceiras	(43.833)	(15.151)
(Aumento) em operações de crédito	(1.279.374)	(1.637.648)
Redução em operações de arrendamento mercantil	18.302	47.663
Redução/(Aumento) em outros créditos	22.374	(54.998)
(Aumento) em outros valores e bens	(64.832)	(102.866)
Aumento em depósitos	214.528	2.053.379
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	75.758	(397.215)
Aumento em recursos de emissão de títulos	432.245	75.066
Aumento/(Redução) em outras obrigações	188.904	(289.302)
Aumento em relações interdependências	4.756	1.430
Aumento/(Redução) em resultado de exercícios futuros	203	(483)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.149.523	211.044
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de imobilizado de uso	-	17
Alienação de bens não de uso próprio	16.563	37.891
Aumento de capital de investimentos	(1.195)	(416)
Aquisição de imobilizado de uso	(3.037)	(1.307)
Aplicações no intangível	(12.151)	(11.762)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	-	72.000
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	180	96.422
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
(Redução) de letras financeiras	(348.412)	(389.717)
(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(21.132)	(19.374)
(Redução) de dívidas subordinadas	(64.725)	(47.755)
(Redução)/Emissão de letras de crédito do agronegócio	(17.341)	85.719
Variação nas participações minoritárias	(2)	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(451.612)	(371.127)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	698.091	(63.661)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	307.269	923.675
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (Nota nº 5)	1.005.360	860.014
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	(1.572.367)	(1.305.378)
Juros recebidos	3.383.990	2.095.719
Transferência de ativos não de uso próprio	(21.966)	(25.729)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(5.545)	2.083

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. ("Banco", "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento às empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário às pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e alternativa de *funding* para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios faz parte da estratégia operacional da instituição, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feitas com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na Nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A. - Caixapar	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	5	-	105	-	110	-
Mercado	3	-	179.246.242	45,49	179.246.245	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

- **Alienação da participação societária na Pan Seguros e na Pan Corretora**

O Banco Pan S.A. e seus controladores, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, informaram aos seus acionistas e ao mercado que o Conselho de Administração do Banco PAN aprovou, em reunião realizada em 21/08/2014, por voto favorável de todos os seus conselheiros independentes, a venda da participação societária detida pelo Banco PAN nas sociedades Pan Seguros S.A. ("PAN Seguros") e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora").

Nesse contexto, foram celebrados, contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco PAN alienou (i) a totalidade da participação societária por ele detida na PAN Seguros à BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTGP Seguradora"), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na PAN Corretora ao BTG Pactual e à Caixapar, pelo valor total combinado de R\$ 580.000, o qual foi corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das operações.

Em 29/12/2014, após todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil, foram concluídas as operações previstas nos contratos de compra e venda resultando em um ganho no montante de R\$ 386.530 antes dos impostos, sendo que eventuais desembolsos futuros com determinadas contingências relativas ao período de gestão do PAN serão por este indenizados.

Esta venda permitirá que o Banco PAN mantenha o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Banco PAN acordou, também no contexto das operações, um acordo operacional de distribuição com a PAN Seguros, válido por 20 anos a partir do fechamento das operações, por meio do qual a PAN Seguros utilizará o balcão do Banco PAN na comercialização de seus produtos de seguros.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; e
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15 (produzirá efeito a partir de 01/01/2016).

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Participação total %	
	30/06/2015	30/06/2014
Controladas diretas:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Pan Holding S.A.(a)	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Controladas indiretas:		
BMSR II Participações S.A.	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (b)	-	-
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (b)	-	-
Fundo Exclusivo:		
BS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Imobiliário (c)	-	100,00

- (a) A partir de 26/06/2015, foi alterada a denominação social da Ourinvest Real Estate Holding S.A. para Pan Holding S.A.;
- (b) FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data; e
- (c) Fundo encerrado em 30/10/2014, conforme instrumento particular de compromisso de subscrição e integralização de cotas firmado em 11/04/2012.

Demonstrações financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas antes mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento mercantil”.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDCs”) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Em 20/01/2014 foram encerrados os fundos de investimentos até então pertencentes ao Banco PAN (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), tal procedimento gerou um resultado positivo no primeiro semestre de 2014 de R\$ 3.193.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	30/06/2015		30/06/2014	
	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido (1)
Banco PAN individual	3.560.906	(69.919)	2.156.882	(152.180)
Ajustes de consolidação	-	-	14.772	2.952
Banco PAN Conglomerado Prudencial	3.560.906	(69.919)	2.171.654	(149.228)

(1) Inclui participação parcial em controlada que não foi eliminada por ser investimento de empresa do segmento de seguros.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, cujos critérios estão descritos na respectiva nota.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de “*hedge*”.

Em 31/10/2013, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.277/13, que estabelece requisitos mínimos e ajustes prudenciais a serem observados no apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, vigente a partir de junho de 2015.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14, optando assim pela ativação de 2/3 do valor dessas remunerações. No semestre encerrado em 30/06/2015, o valor lançado para despesa relativo a 1/3 das comissões no ato da origemação, foi de R\$ 67.437.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das;
- e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

a) **Balanço Patrimonial Consolidado:**

Ativo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	10.378.470	2.330	115.046	16.981	(32.668)	10.480.159
Realizável a longo prazo	14.812.530	36.836	177.415	18.834	(26.555)	15.019.060
Permanente	979.186	119	488	737.193	(1.110.829)	606.157
Total em 30/06/2015	26.170.186	39.285	292.949	773.008	(1.170.052)	26.105.376
Total em 30/06/2014	22.659.547	40.860	392.768	693.173	(1.201.612)	22.584.736

Passivo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	15.280.426	9.248	27.730	252	(11.819)	15.305.837
Exigível a longo prazo	7.198.280	13.700	73.574	-	(48.748)	7.236.806
Resultado de exercícios futuros	1.808	-	-	-	-	1.808
Minoritários	19	-	-	-	-	19
Patrimônio líquido	3.689.653	16.337	191.645	772.756	(1.109.485)	3.560.906
Total em 30/06/2015	26.170.186	39.285	292.949	773.008	(1.170.052)	26.105.376
Total em 30/06/2014	22.659.547	40.860	392.768	693.173	(1.201.612)	22.584.736



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
- Receitas da intermediação financeira	3.639.653	1.013	121.321	1.039	(78.255)	3.684.771
- Despesas da intermediação financeira	(2.165.111)	-	(106.841)	-	40.738	(2.231.214)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.474.542	1.013	14.480	1.039	(37.517)	1.453.557
- Outras receitas/despesas operacionais	(1.534.363)	(2.137)	(51.868)	(6.714)	37.518	(1.557.564)
- Resultado de equivalência patrimonial	(36.302)	-	-	(32.334)	82.152	13.516
- Resultado não operacional	(25.374)	-	(682)	-	-	(26.055)
- Provisão para IR e CSLL	31.337	376	12.977	1.936	-	46.626
- Minoritário	1	-	-	-	-	1
Prejuízo em 30/06/2015	(90.159)	(748)	(25.093)	(36.073)	82.154	(69.919)
Prejuízo em 30/06/2014	(171.292)	(304)	11.853	(7.456)	17.971	(149.228)

(1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;

(2) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;

(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Representados pelas empresas Pan Holding S.A. e Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e

(5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidades em moeda nacional	51.152	48.137
Disponibilidades em moeda estrangeira	15.710	4.879
Total de disponibilidades (caixa)	66.863	53.016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	938.497	806.998
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.005.360	860.014

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2015	30/06/2014
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição bancada							
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	636.998	-	-	-	-	636.998	428.000
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.499	2.577	-	-	-	4.076	199.515
Subtotal	638.497	2.577	-	-	-	641.074	627.515
Posição Financiada							
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	299.999	-	-	-	-	299.999	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	132.597	-	-	-	132.597	179.483
Subtotal	299.999	132.597	-	-	-	432.596	179.483
Posição Vendida							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	132.092	-	-	-	132.092	-
Subtotal	-	132.092	-	-	-	132.092	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	640	27.882	24.165	23.977	667	77.331	154.348
Total em 30/06/2015	939.136	295.148	24.165	23.977	667	1.283.093	-
Total em 30/06/2014	810.466	7.349	27.996	79.506	36.029	-	961.346

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2015	30/06/2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
- Posição bancada	10.809	5.498
- Posição financiada	28.916	13.228
- Posição vendida	1.600	-
Subtotal	41.325	18.726
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	5.289	7.632
Total (Nota 7d)	46.614	26.358

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2015 e em 30/06/2014, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2015	30/06/2014
Carteira Própria:		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.757	2.360
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	63.628	88.194
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	80.887	246.309
Notas do Tesouro Nacional – NTN	56.632	170.730
Cotas de Fundos de Investimento	576	5.084
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	309	297
Subtotal	203.789	512.974
Vinculados a compromisso de recompra:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	428.200	275.350
Notas do Tesouro Nacional – NTN	329.742	257.821
Certificado de Depósito Bancário – CDB	17.517	20.149
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	13.342
Subtotal	775.459	566.662
Vinculados à prestação de garantias:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	229.332	169.425
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	26.500
Subtotal	229.332	195.925
Total de títulos e valores mobiliários	1.208.580	1.275.561
Instrumentos financeiros derivativos:		
Diferenciais a receber de “swap”	571.279	141.008
Venda Termo a Receber	104.498	-
Total de instrumentos financeiros derivativos	675.777	141.008
Total Geral	1.884.357	1.416.569

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos:

	30/06/2015							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	26.608	26.608	26.906	(298)
Total de títulos para negociação	-	-	-	-	26.608	26.608	26.906	(298)
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	186.001	-	61.981	490.437	738.419	738.423	(4)
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	7.197	12.077	-	-	19.274	7.901	11.373
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	13.432	17.341	16.505	16.350	63.628	71.274	(7.646)
Total de títulos disponíveis para venda	-	206.630	29.418	78.486	506.787	821.321	817.598	3.723
Títulos mantidos até o vencimento (1):								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	150.922	200.828	8.016	359.766	359.766	-
- Cotas de fundos de investimento	576	-	-	-	-	576	576	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	309	-	-	-	-	309	309	-
Total de mantidos até o vencimento	885	-	150.922	200.828	8.016	360.651	360.651	-
Total Geral	885	206.630	180.340	279.314	541.411	1.208.580	1.205.155	3.425

	30/06/2014							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:								
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.853	19.608	-	1.048	22.509	22.509	-
- Cotas de fundo de investimento	13.342	-	-	-	-	13.342	13.342	-
Total de títulos para negociação	13.342	1.853	19.608	-	1.048	35.851	35.851	-
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	346.208	220.117	-	123.830	690.156	690.400	(245)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	7.048	13.130	11.130	56.886	88.194	105.524	(17.330)
Total de títulos disponíveis para venda	-	353.256	233.247	11.130	180.716	778.350	795.924	(17.575)
Títulos mantidos até o vencimento (1):								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	928	-	-	-	928	928	-
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	220.629	89.882	137.180	7.360	455.051	455.050	1
- Cotas de fundos de investimento	5.084	-	-	-	-	5.084	537	4.547
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	297	-	-	-	-	297	297	-
Total de mantidos até o vencimento	5.381	221.557	89.882	137.180	7.360	461.360	456.812	4.548
Total geral	18.723	576.666	342.737	148.310	189.124	1.275.561	1.288.587	(13.027)

(1) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis; e

(3) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 14.197 (30/06/2014 – superior em R\$ 5.230).

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, Termo de moeda e *Swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Em 30/06/2015 e 30/06/2014, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	30/06/2015	30/06/2014
Instrumento:		
Swaps		
- Diferencial a receber	571.279	141.008
- Diferencial a pagar	(7.429)	(62.839)
Operações a Termo		
- Posição comprada a receber	104.498	-
- Posição comprada a pagar	(104.498)	-
Termo de moeda		
- Posição vendida	(1.981)	-
Contratos futuros		
- Posição ativa	4.584	1.866
- Posição passiva	(3.116)	(3.315)
Total líquido	563.337	76.720

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “*swap*” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumento/ Posição:	30/06/2015								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.744.358	-	131.510	18.155	18.232	403.382	571.279	540.636	30.643
- Dólar (1)	1.622.654	-	131.472	17.974	17.905	403.318	570.669	540.272	30.397
- CDI	36.975	-	27	158	194	-	379	402	(23)
- CDI	16.474	-	11	23	133	64	231	(38)	269
- Pré	6.041	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI	62.214	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.744.358	(519)	(128)	(1.336)	(2.926)	(2.520)	(7.429)	(5.450)	(1.979)
- CDI (1)	1.622.654	-	-	-	(201)	-	(201)	(279)	78
- Dólar	36.975	(518)	(128)	-	(2.725)	-	(3.371)	(3.409)	38
- Pré	16.474	(1)	-	-	-	-	(1)	(4)	3
- Dólar	6.041	-	-	(1.336)	-	-	(1.336)	(1.291)	(45)
- Libor	62.214	-	-	-	-	(2.520)	(2.520)	(467)	(2.053)
Termo									
Compra a receber:	104.498	-	-	-	-	-	104.498	104.682	(184)
- NTN-B	104.498	-	-	-	-	-	104.498	104.682	(184)
Termo									
Compra a pagar	104.498	-	-	-	-	-	(104.498)	(104.682)	184
- NTN-B	104.498	-	-	-	-	-	(104.498)	(104.682)	184
Termo de Moedas									
Posição comprada	13.153	-	-	-	-	-	-	-	-
- Pré	13.153	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição vendida	13.153	(1.981)	-	-	-	-	(1.981)	(2.175)	194
- Dólar	13.153	(1.981)	-	-	-	-	(1.981)	(2.175)	194
Contratos futuros									
Posição ativa:	6.968.358	4.584	-	-	-	-	4.584	4.584	-
- DDI	648.828	2.942	-	-	-	-	2.942	2.942	-
- Dólar	222.861	1.195	-	-	-	-	1.195	1.195	-
- DI1	6.096.669	447	-	-	-	-	447	447	-
Posição passiva:	6.968.358	(3.116)	-	-	-	-	(3.116)	(3.116)	-
- DDI	648.828	(258)	-	-	-	-	(258)	(258)	-
- Dólar	222.861	(51)	-	-	-	-	(51)	(51)	-
- DI1	6.096.669	(2.807)	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)	-
		(1.032)	131.382	16.819	15.306	400.862	563.337	534.479	28.858

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumento/ Posição:	30/06/2014						Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias			
Swap									
Posição ativa:	1.901.720	184	339	12.242	10.596	117.648	141.008	127.388	13.621
- Dólar	1.622.212	-	28	10.737	9.470	117.648	137.883	123.565	14.318
- CDI	42.005	184	311	1.505	109	-	2.109	2.194	(85)
- CDI	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI	110.505	-	-	-	1.017	-	1.016	1.629	(612)
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.901.720	(1.611)	(1.852)	(552)	(2.938)	(55.886)	(62.839)	(69.259)	6.420
- CDI	1.622.212	(1.602)	(1.837)	(508)	(2.160)	(54.535)	(60.642)	(67.838)	7.196
- Dólar	42.005	-	-	-	(437)	(1.195)	(1.632)	(1.185)	(447)
- Pré	39.664	(9)	(15)	(44)	(120)	(156)	(344)	(204)	(140)
- Libor	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	(221)	-	221	(32)	(189)
Contratos futuros									
Posição ativa:	1.891.003	1.866	-	-	-	-	1.866	1.866	-
- DDI	729.050	489	-	-	-	-	489	489	-
- Dólar	135.105	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	1.025.948	1.377	-	-	-	-	1.377	1.377	-
Posição passiva:	1.891.003	(3.315)	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	-
- DDI	729.950	(3.090)	-	-	-	-	(3.090)	(3.090)	-
- Dólar	135.105	(210)	-	-	-	-	(210)	(210)	-
- DI1	1.025.948	(15)	-	-	-	-	(15)	(15)	-
Total a receber líquido		(2.876)	(1.513)	11.690	7.658	61.762	76.720	56.680	20.041

(1) Hedge Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de Euro Medium-Term Notes e Dívidas Subordinadas no Exterior, indexadas ao dólar (objetos de hedge), classificados como "hedge" de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge, está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	30/06/2015		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	869.325	(504.798)	364.527
Contratos futuros	652.698	(754.606)	(101.908)
Termo de moeda	20.701	(22.853)	(2.152)
Total em 30/06/2015	1.542.724	(1.282.257)	260.467
Total em 30/06/2014	602.479	(714.346)	(111.867)

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2015	30/06/2014
Títulos de renda fixa	110.784	64.752
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	46.614	26.358
Total	157.398	91.110

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 30/06/2015 e 30/06/2014, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	6.308.529	34,76	7.922.687	50,02
Empréstimo em consignação	4.702.665	25,91	2.268.776	14,33
Capital de giro	2.275.119	12,54	1.705.022	10,77
Financiamentos à exportação	909.827	5,01	642.881	4,06
Financiamentos habitacionais	709.689	3,91	867.775	5,48
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	655.608	3,61	600.941	3,79
Empréstimos com garantia imobiliária	627.477	3,46	409.590	2,59
Créditos vinculados à cessão (3)	497.674	2,74	-	-
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	185.300	1,02	197.209	1,25
Crédito pessoal	61.506	0,34	78.263	0,49
Renegociações	49.706	0,27	47.177	0,30
Operações de arrendamento mercantil (1)	20.553	0,11	80.788	0,51
Conta garantida	50.251	0,28	49	-
Outros	58	-	12.309	0,07
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	17.053.962	93,96	14.833.467	93,66
Outros créditos (4)	779.892	4,30	607.318	3,83
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (5)	315.073	1,74	397.047	2,51
Total	18.148.927	100,00	15.837.832	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8f);

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(5) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	Consolidado										
	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2015	Total em 30/06/2014
Parcelas Vincendas	-	835.703	513.258	434.264	255.812	139.621	93.531	72.592	255.410	2.600.191	2.708.739
01 a 30	-	28.752	19.107	26.499	10.438	7.281	4.238	3.140	11.702	111.157	100.027
31 a 60	-	24.754	15.728	22.243	9.513	4.877	3.752	2.782	10.185	93.834	75.553
61 a 90	-	22.701	15.677	16.963	8.613	6.135	3.805	2.775	10.277	86.946	75.293
91 a 180	-	71.563	55.206	54.860	48.406	13.995	10.263	8.326	31.034	293.653	267.322
181 a 365	-	138.268	104.215	82.564	49.283	26.215	18.288	15.522	57.878	492.233	449.361
Acima de 365	-	549.665	303.325	231.135	129.559	81.118	53.185	40.047	134.334	1.522.368	1.741.183
Parcelas Vencidas	-	70.069	66.181	136.810	96.159	50.339	47.984	46.387	232.581	746.510	847.091
01 a 14	-	65.337	7.248	17.520	7.500	3.039	1.990	1.136	5.152	108.922	109.781
15 a 30	-	4.732	54.720	42.693	4.149	2.288	1.844	1.754	5.359	117.539	109.162
31 a 60	-	-	4.213	70.846	18.308	5.512	5.321	3.176	11.190	118.566	163.408
61 a 90	-	-	-	3.277	42.787	6.225	5.267	3.298	11.618	72.472	136.706
91 a 180	-	-	-	2.474	23.415	31.859	31.206	34.976	37.880	161.810	147.731
181 a 365	-	-	-	-	-	1.416	2.356	2.047	157.646	163.465	161.113
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	-	3.736	3.736	19.190
Subtotal	-	905.772	579.439	571.074	351.971	189.960	141.515	118.979	487.991	3.346.701	3.555.830
Provisão Requerida	-	4.529	5.794	17.132	35.197	56.987	70.758	83.285	487.991	761.673	831.874

	Níveis de risco										
	Operações em curso normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2015	Total em 30/06/2014
Parcelas Vincendas	-	11.442.407	2.330.247	706.442	193.344	35.371	50.845	29.839	13.731	14.802.226	12.282.002
01 a 30	-	1.099.802	160.131	69.365	5.387	1.060	2.314	28.592	5.060	1.371.711	1.121.696
31 a 60	-	371.206	86.609	49.393	9.154	377	355	99	1.524	518.717	454.389
61 a 90	-	365.257	134.920	19.779	931	15.850	7.601	82	534	544.954	484.151
91 a 180	-	1.032.208	376.071	134.727	24.900	459	24.506	160	995	1.594.026	1.286.745
181 a 365	-	1.781.334	640.208	198.869	82.916	15.093	5.983	220	906	2.725.529	2.295.858
Acima de 365	-	6.792.600	932.308	234.309	70.056	2.532	10.086	686	4.712	8.047.289	6.639.163
Subtotal	-	11.442.407	2.330.247	706.442	193.344	35.371	50.845	29.839	13.731	14.802.226	12.282.002
Provisão Requerida	-	57.213	23.303	21.193	19.335	10.611	25.423	20.887	13.731	191.696	123.072
Total Geral	-	12.348.179	2.909.686	1.277.516	545.315	225.331	192.360	148.818	501.722	18.148.927	15.837.832
Total Provisão	-	61.742	29.097	38.325	54.532	67.598	96.181	104.172	501.722	953.369	954.947

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ⁽¹⁾:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo do início do semestre	959.818	1.496.516
- Constituição/reversão de provisão	525.290	487.553
- Baixas contra a provisão (2)	(477.410)	(963.299)
Saldo do fim do semestre	1.007.698	1.020.770
- Créditos recuperados (3)	142.393	135.393
- Efeito no resultado (4)	(382.897)	(352.160)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; e (iii) PDD de créditos cedidos com coobrigação anteriores à Resolução CMN nº 3.533/08;

(2) Em 20/01/2014, foram encerrados os fundos de direitos creditórios FIDC's Caixa CDC e Caixa Master CDC (Nota 2), sendo que a carteira de Operações de Crédito do mesmo foi incorporada à carteira própria do Banco PAN. Os FIDC's não utilizam a política contábil de baixa de operações de crédito para prejuízo, conforme a Resolução CMN nº 2.682/99. Dessa forma, o Banco PAN analisou a carteira recebida dos FIDC's encerrados e foi realizada uma baixa contra provisão no montante de R\$ 344.378 (Caixa CDC R\$ 55.962 e Caixa Master R\$ 288.416);

(3) No semestre findo em 30/06/2015, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 142.393 (sendo R\$ 115.192 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 3.755 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 23.446 de recuperação de créditos imobiliários); e

(4) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	13.531.454	74,56	11.842.691	74,78
Agroindústria	882.979	4,87	557.403	3,52
Açúcar e Etanol	309.681	1,71	163.761	1,03
Agronegócio e Proteína Animal	573.298	3,16	393.642	2,49
Comércio	788.140	4,34	896.452	5,66
Atacado e Varejo	788.140	4,34	896.452	5,66
Indústrias de Base	437.894	2,41	420.027	2,65
Autopeças	12.928	0,07	136	-
Indústria Química	79.214	0,44	54.799	0,35
Óleo e Gás	-	-	20	-
Outras Indústrias	259.184	1,43	304.596	1,92
Papel e Celulose	69.549	0,38	54.069	0,34
Têxtil	17.019	0,09	6.407	0,04
Serviços	2.508.461	13,82	2.121.259	13,39
Construção e Incorporação	1.609.940	8,87	1.387.923	8,76
Financeiros	54.110	0,30	24.674	0,16
Locação de Veículos	25.805	0,14	22.828	0,14
Mídia, TI e Telecom	31.574	0,17	44.280	0,28
Outros Serviços	593.316	3,27	493.410	3,12
Saúde, Segurança e Educação	5.504	0,03	17.868	0,11
Transporte e Logística	170.857	0,94	106.611	0,67
Utilitários	17.355	0,10	23.665	0,15
Total	18.148.927	100,00	15.837.832	100,00

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	486.360	2,68	401.267	2,53
50 seguintes maiores devedores	1.253.539	6,91	1.100.043	6,95
100 seguintes maiores devedores	1.354.727	7,46	1.149.525	7,26
Demais devedores	15.054.301	82,95	13.186.997	83,26
Total	18.148.927	100,00	15.837.832	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

No semestre findo em 30/06/2015, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2015			30/06/2014		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	3.290.131	2.955.557	334.574	1.494.063	1.387.053	107.010
Empréstimo em consignação	2.652.177	2.096.888	555.289	1.274.008	1.031.348	242.660
Financiamentos habitacionais	133.094	127.163	5.931	94.565	87.862	6.703
Empreendimentos imobiliários	1.539	1.495	44	11.259	10.464	795
Empréstimos com garantia imobiliária	-	-	-	278.893	244.554	34.339
Total	6.076.941	5.181.103	895.838	3.152.788	2.761.281	391.507

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 497.674, no Banco PAN e Consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 596.713.

Cessão anterior à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 24.971 (R\$ 244.835 em 30/06/2014), no Banco PAN e Consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 25.626 (R\$ 258.226 em 30/06/2014), no Banco PAN e Consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.372 (R\$ 52.909 em 30/06/2014), no Banco PAN e Consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (Nota 21b).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	30/06/2015	30/06/2014
Crédito direto ao consumidor	743.915	827.273
Lucros nas cessões de crédito (Nota 8f)	895.838	391.507
Empréstimos em consignação	569.071	241.734
Financiamento à exportação	311.721	113.342
Cartão de crédito	197.322	173.360
Capital de giro	182.280	112.418
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	142.393	135.393
Crédito pessoal	14.855	18.225
Renegociações	2.881	2.158
Habitacionais	47.670	87.613
Direitos creditórios	292	1.806
Rendas de empreendimentos imobiliários	14.633	10.324
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	56.743	25.118
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	2.335	10.314
Outras	3.217	2.498
Total	3.185.166	2.153.083

(1) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	30/06/2015	30/06/2014
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	349.469	373.917
Rendas a receber	9.739	13.978
Total do Ativo	359.208	387.895
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	305.334	383.069
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(305.334)	(383.069)
Total do Passivo	-	-

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	30/06/2015	30/06/2014
Rendas de Financiamento à Exportação	339.377	136.860
Variação Cambial	(257.637)	(135.401)
Total	81.740	1.459

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	30/06/2015	30/06/2014
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	6.742	8.681
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	INCC/IGPM /TR e sem correção monetária	0 até 18,33	83.273	161.855
Total				90.015	170.536

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que estes são adquiridos quando apresentarem características, como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	30/06/2015	30/06/2014
Créditos tributários (Nota 32b)	2.853.518	2.877.290
Títulos e créditos a receber (1)	779.892	607.318
Valores a receber por cessão de créditos	699.243	317.240
Impostos e Contribuições a Compensar	235.900	318.065
Depósitos judiciais e fiscais	224.355	164.130
Valores a receber de sociedades ligadas	27.558	32.955
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	22.674	33.591
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	8.344	12.112
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	8.121	4.951
Cartões de crédito	1.895	288
Adiantamentos e antecipações salariais	366	595
Outros	76.262	94.872
Total	4.938.128	4.463.407

(1) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(2) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2015 é R\$ 16.007 (R\$ 11.901 em 30/06/2014); e

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual			
	Custo	Provisão para perdas	30/06/2015	30/06/2014
Veículos	47.509	(12.738)	34.771	15.605
Veículos em regime especial	30.494	(25.319)	5.175	4.370
Imóveis	147.391	(4.787)	142.604	68.352
Total dos bens não de uso próprio	225.394	(42.844)	182.550	88.327
Outros bens	206	-	206	440
Total de outros valores e bens	225.600	(42.844)	182.756	88.767

b) Despesas antecipadas:

	30/06/2015	30/06/2014
Comissões pagas a correspondentes bancários	530.805	432.032
Gastos na emissão de títulos no Exterior	7.296	9.749
Outras	10.131	1.670
Total	548.232	443.451



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/ (Prejuízo) Ajustado 30/06/2015	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2) Período findo em	
			ON	PN	Cotas			30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Pan Seguros S.A.(1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	151.456	-	25.260
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)(3)	22.061	34.403	-	-	5.061	99,999%	516	34.403	10.370	516	(2.098)
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda.(1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	9.726	-	3.984
Brazilian Finance Real Estate S.A. (1)(3)	107.662	140.412	17	34	-	99,999%	4.661	140.412	35.593	4.661	23
BM Sua Casa Promotora de Vendas (1)(3)	172.000	182.143	-	-	172.000	100,000%	8.339	182.142	189.412	8.339	2.898
Total								356.957	396.557	13.516	30.067

(1) Dados relativos a 30/06/2015;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do semestre findo em 30/06/2015 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outros Investimentos:

	30/06/2015	30/06/2014
Stone Pagamentos S.A.	3.092	416
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	380
Obras de Arte	-	23
Total	3.472	819

14) IMOBILIZADO

a) Ativos imobilizados:

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2015	30/06/2014
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	27.460	(8.545)	18.915	22.442
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.842	(805)	1.037	1.164
Sistemas de processamento de dados	20%	20.483	(8.873)	11.610	11.313
Sistemas de transportes	20%	349	(103)	246	126
Total em 30/06/2015		50.134	(18.326)	31.808	-
Total em 30/06/2014		73.262	(38.217)	-	35.045

b) Movimentação dos ativos imobilizados:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2014	32.671
Aquisições	3.065
Baixas	(28)
Depreciação	(3.900)
Saldo em 30/06/2015	31.808

15) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449 (Consolidado R\$ 250.532), representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No semestre encerrado em 30/06/2015, foram amortizados ágios no montante de R\$ 5.822 no Banco PAN e R\$ 12.526 no Consolidado.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2015	30/06/2014
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	74.682	(38.224)	36.458	33.828
Ágio (Nota 15a)	10%	250.531	(73.071)	177.460	202.513
Outros	10%	22	(20)	2	2
Total em 30/06/2015		325.235	(111.315)	213.920	-
Total em 30/06/2014		314.150	(77.807)	-	236.343

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 15a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2014	35.838	189.986	2	225.826
Adições	12.256	-	-	12.256
Baixas	(105)	-	-	(105)
Amortização do período	(11.531)	(12.526)	-	(24.057)
Saldo em 30/06/2015	36.458	177.460	2	213.920

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2015	30/06/2014
• Depósitos à vista (1)	179.453	-	-	-	-	179.453	129.462
• Depósitos interfinanceiros	8.278.547	19.151	6.055	12.156	110.173	8.426.082	8.431.308
• Depósitos a prazo	264.500	242.742	434.069	377.702	1.837.734	3.156.747	2.920.131
Total em 30/06/2015	8.722.500	261.893	440.124	389.858	1.947.907	11.762.282	-
Total em 30/06/2014	6.928.490	1.267.166	986.911	663.519	1.634.815	-	11.480.901

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro.

b) Captações no mercado aberto:

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2015	30/06/2014
Carteira Própria	-	135.086	-	-	559.570	694.656	510.298
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	135.086	-	-	244.477	379.563	260.220
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	315.093	315.093	250.078
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	426.075	426.075	179.484
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	426.075	426.075	179.484
Carteira Livre Movimentação	-	131.067	-	-	-	131.067	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	131.067	-	-	-	131.067	-
Total em 30/06/2015	-	266.153	-	-	985.645	1.251.798	-
Total em 30/06/2014	-	112.772	-	183.825	393.185	-	689.782

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2015	30/06/2014
Títulos e Valores Mobiliários - País							
• Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	78	233	457	891	7.627	9.286	11.323
• Letras Financeiras – LF	74.430	-	193.148	698.801	824.980	1.791.359	1.957.760
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	121.489	151.956	120.683	247.565	235.748	877.441	847.576
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	67.340	352.283	354.445	204.629	640.554	1.619.251	1.406.839
Subtotal	263.337	504.472	668.733	1.151.886	1.708.909	4.297.337	4.223.498
Títulos e Valores Mobiliários – Exterior (1)							
• Euro Medium-Term Notes	571	915.503	-	-	-	916.074	652.941
Subtotal	571	915.503	-	-	-	916.074	652.941
Total em 30/06/2015	263.908	1.419.975	668.733	1.151.886	1.708.909	5.213.411	-
Total em 30/06/2014	226.333	340.832	842.728	1.217.426	2.249.120	-	4.876.439

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Saldo atualizado da tranche de *Euro Medium-Term Notes* nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento (1)	Banco PAN e Consolidado	
			30/06/2015 (2)	30/06/2014 (2)
288.638	5,50% ao ano	04/08/2015	916.074	652.941
Total			916.074	652.941

(1) No vencimento a tranche será liquidada em sua totalidade; e

(2) O ajuste de marcação a mercado das captações no Exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 11.094 no semestre findo em 30/06/2015 (despesa de R\$ 6.688 em 30/06/2014). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Notas 3e e 7c).

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	30/06/2015	30/06/2014
Depósitos interfinanceiros	485.248	366.489
Variação cambial	360.511	(131.126)
Depósitos a prazo	222.374	202.361
Letras Financeiras	144.521	127.583
Títulos e valores mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	105.041	74.067
Captações no Exterior – Dívida Subordinada e TVM no Exterior	92.163	14.946
Operações compromissadas	91.312	42.073
Letras de Crédito Imobiliário	90.173	71.124
Letras de Crédito do Agronegócio	54.091	37.080
Créditos cedidos com retenção de risco	37.514	-
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	4.307	5.264
Captação por meio de FIDCs	-	(222)
Total	1.687.255	809.639

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

São representados por: Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário. Em 30/06/2015 montavam a R\$ 87.512 (R\$ 140.023 em 30/06/2014).

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2015	30/06/2014
No País	-	1.930	-	100.000	-	101.930	101.639
No Exterior	-	75	-	-	62.052	62.127	223.079
Total em 30/06/2015	-	2.005	-	100.000	62.052	164.057	-
Total em 30/06/2014	110.442	1.639	-	57.699	154.938	-	324.718

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

	30/06/2015	30/06/2014
No País	-	(8.307)
No Exterior	(18.669)	(3.729)
Total	(18.669)	(12.036)

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	30/06/2015	30/06/2014
No Exterior:						
2020 (1)	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.731.309	1.180.406
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% ao ano.	13.821	12.197
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	129.853	113.074
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	547	-
Total					1.875.530	1.305.677

- (1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 81.069 no semestre findo em 30/06/2015 (despesa de R\$ 8.259 em 30/06/2014). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Notas 3e e 7c);
- (2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;
- (3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e
- (4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

A controlada Panamericano Arrendamento Mercantil vinha questionando judicialmente a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinha efetuando o pagamento destas contribuições incidentes sobre receitas financeiras, mas provisionava esses valores.

Em 29/07/2014, a Companhia desistiu da discussão judicial existente e aderiu ao REFIS para usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865, de 9/10/2013, com alterações da Lei nº 12.973 de 13/05/2014, pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2013.

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I- Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2015	30/06/2014
Processos cíveis	195.307	162.678
Processos trabalhistas	115.914	32.673
Processos tributários	23.684	65.062
Subtotal (1)	334.905	260.413
Provisão para riscos fiscais	-	55.523
Total (1)	334.905	315.936

(1) Nota 21b.

II- Movimentação das provisões:

	30/06/2015			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2014	180.253	78.321	26.822	285.396
Baixas	(42.798)	(9.968)	-	(52.766)
Constituições líquidas de reversões	57.852	47.561	(3.138)	102.275
Saldo em 30/06/2015	195.307	115.914	23.684	334.905

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III- Passivos contingentes classificados como perda possível

No 3º trimestre de 2012, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Pan S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656. Aguarda-se a publicação de acórdão para protocolo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

do Recurso de Revisão pela empresa, endereçado às Câmaras Reunidas do Conselho Municipal de Tributos de São Paulo.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para riscos fiscais (Nota 20a)	-	55.523
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/09	-	32.440
COFINS a recolher	15.835	7.544
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	8.760	6.378
Impostos e contribuições sobre salários	6.512	1.035
PIS a recolher	2.579	1.230
ISS a recolher	1.985	1.397
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	746	254
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	12.471	22.006
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	88.198	119.968
Outros	21	64
Total	137.107	247.839

b) Diversas:

	30/06/2015	30/06/2014
Cessão com retenção de riscos (1)	532.765	-
Valores a pagar a estabelecimentos referente a compras com cartões de crédito	593.385	530.352
Provisão para passivos contingentes (Nota 20b)	334.905	260.413
Provisão para pagamentos a efetuar	139.675	94.192
Arrecadação de cobrança	52.175	107.885
Valores a pagar a sociedades ligadas	48.142	17.867
Valores a pagar a lojistas	9.604	7.479
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8c)	5.372	52.909
Valores específicos de consórcio	9.240	12.030
Outros	106.158	70.800
Total	1.831.421	1.153.927

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios. (Nota 8f).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 30/06/2015 e de R\$ 2.867.020 em 30/06/2014. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	30/06/2015	30/06/2014
Ordinárias	535.029.747	292.463.400
Preferenciais	394.010.416	242.612.675
Total	929.040.163	535.076.075

Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado no valor total de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais), ao preço de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial.

Após o prazo para exercício do direito de preferência e da realização do rateio de sobras, o Conselho de Administração aprovou, em 24/08/2014, os números finais do referido aumento de capital. Dessa forma, foram subscritas 242.566.348 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$ 1.331.599, em que R\$ 593.712 foram destinados para a composição do capital social e R\$ 737.887, para a composição da Reserva de Capital. Em 29/08/2014, o BACEN homologou a operação.

Em 03/11/2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a absorção dos prejuízos acumulados apurados até 31/12/2013, no valor de R\$ 542.679, mediante utilização parcial do saldo da Reserva de Capital. A absorção aprovada foi referendada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2015.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente no Estatuto Social da Companhia é de 35%.

Em reunião do Conselho de Administração de 09/02/2015, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2014, no valor bruto de R\$ 1.811, sendo R\$ 0,001949614 bruto por ação (R\$ 0,001657171 líquido de imposto de renda na fonte de 15%). O referido pagamento foi referendado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30/04/2015 e foi efetuado na mesma data.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2015	30/06/2014
Operações de crédito	101.005	87.433
Rendas de cartões	87.439	71.884
Rendas de comissão / intermediação	23.265	-
Rendas de serviços de cobrança	663	434
Administração de consórcios	8.235	4.439
Rendas de estruturação de operações / fundos	20	885
Outras	4.422	7.275
Total	225.049	172.350

24) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2015	30/06/2014
Proventos	98.974	75.547
Encargos Sociais	27.146	19.817
Benefícios	16.432	11.449
Honorários	16.553	7.334
Outros	1.553	2.034
Total	160.658	116.181

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2015	30/06/2014
Comissões pagas a correspondentes bancários	603.003	395.329
Serviços de terceiros	98.448	110.093
Serviços do sistema financeiro	65.977	40.916
Processamento de dados	48.837	40.914
Aluguéis	18.300	17.238
Comunicações	18.454	20.250
Depreciação e amortização	15.431	10.307
Propaganda, promoções e publicidade	19.688	8.975
Despesas com busca e apreensão de bens	10.841	4.272
Manutenção e conservação de bens	1.251	2.952
Viagens	3.244	2.414
Transporte	2.093	3.042
Taxas e emolumentos	893	13.176
Materiais de consumo	272	283
Outras	39.342	28.243
Total	946.074	698.404

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2015	30/06/2014
Contribuição à COFINS	71.901	47.946
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	10.806	8.735
Contribuição ao PIS	11.718	7.809
Impostos e taxas	6.413	3.657
Total	100.838	68.147

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	30/06/2015	30/06/2014
Recuperação de encargos e despesas	27.145	5.369
Varição monetária ativa / cambial	26.399	-
Benefício residual em operações securitizadas	3.791	3.447
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	-	1.238
Reversão de provisões	7.907	191
Amortização do deságio – BCS	-	8.660
Outras	12.248	26.594
Total	77.490	45.499

b) Outras despesas operacionais:

	30/06/2015	30/06/2014
Cessão de operações de crédito	237.455	169.605
Constituição de provisões	138.542	79.070
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	26.628	20.887
Varição monetária passiva / cambial	188.372	100.251
Descontos concedidos	15.568	16.391
Amortização de ágio	12.527	12.527
Gravames	13.343	9.752
Outras	20.098	21.489
Total	652.533	429.972

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	30/06/2015	30/06/2014
Resultado na alienação de outros valores e bens	(30.344)	(43.005)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	5.308	15.673
Impairment de ativos não financeiros	(1.108)	(1.247)
Outros	89	262
Total	(26.055)	(28.317)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	Consolidado			
		30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	4	-	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	5.137	-	-	-
Total		5.141	-	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2015	196.999	-	11.430	2.360
Caixa Econômica Federal	17/07/2017	701.674	428.000	2.494	1.163
Total		898.673	428.000	13.924	3.523
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	-	698.591	308.867	-	-
Total		698.591	308.867	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	21.434	14.204	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	3.956	-	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	15	-	-	-
Total		25.405	14.204	-	-
Depósitos à vista (d)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(769)	-	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(6)	-	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(3)	-	-	-
Total		(778)	-	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)					
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2015	(2.615.000)	(2.786.458)	(104.548)	(100.824)
Caixa Econômica Federal	30/06/2015	(5.663.547)	(5.474.370)	(361.930)	(258.058)
Total		(8.278.547)	(8.260.828)	(466.478)	(358.882)
Depósitos a prazo (f)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	13/06/2018	(13.604)	-	(1.078)	-
Total		(13.604)	-	(1.078)	-
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	01/10/2016	(99.999)	-	(1.477)	(1.281)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(297)	-
Total		(99.999)	-	(1.774)	(1.281)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)					
Banco BTG Pactual S.A.	30/06/2015	(565.968)	(385.958)	(31.567)	(19.783)
Caixa Econômica Federal	-	-	(10.337)	-	(337)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Pessoal chave da administração	14/05/2022	(31.686)	(25.186)	(1.566)	(1.140)
Total		(597.654)	(421.481)	(33.133)	(21.260)
Instrumentos Financeiros Derivativos (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/02/2022	210.994	64.086	90.100	156.120
Total		210.994	64.086	90.100	156.120
Outras Obrigações					
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(21)	-	-	-
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.	Sem prazo	(18)	-	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(14.578)	-	-	-
Total		(14.617)	-	-	-
Receita de prestação de serviços (i)					
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.		-	-	(199)	-
Pan Seguros S.A.		-	-	19.164	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.		-	-	1.381	-
Total		-	-	20.346	-
Despesa de pessoal (j)					
Pan Seguros S.A.		-	-	(139)	-
Total		-	-	(139)	-
Outras despesas administrativas					
Pan Seguros S.A.		-	-	(916)	-
Banco BTG Pactual S.A.		-	-	-	(550)
BTG Pactual Corretora		-	-	(53)	(44)
Tecban S.A.		-	-	(436)	(428)
Câmara Interbancária de Pagamentos		-	-	(4.831)	(174)
Total		-	-	(6.236)	(1.196)
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal		-	-	895.838	391.507
Total		-	-	895.838	391.507

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Pan Holding S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Referem-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;

(h) Referem-se às operações de *Swap*;

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios; e

(j) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2015, o valor global máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2015 no montante de R\$ 35.000 (R\$ 29.445 em 2014) (despesas de honorários). No grupo PAN o valor para o ano de 2015 é de R\$ 70.000 (R\$ 72.011 em 2014).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	30/06/2015	30/06/2014
Despesas de honorários	16.553	7.334
Contribuição ao INSS	3.725	1.650
Total	20.278	8.984

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital que devem ser observados e o Patrimônio de Referência (PR). Ressalta-se que, de Out/13 a Dez/14, o capital foi calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de Jan/15, com base no Conglomerado Prudencial.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Financeiro (30/06/2014) e do Conglomerado Prudencial (30/06/2015).

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2015	30/06/2014
Patrimônio de referência nível I	2.376.249	1.157.389
Capital Principal	2.376.249	1.157.389
Patrimônio de referência nível II	914.152	1.046.163
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.290.401	2.203.552
Patrimônio de referência	3.290.401	2.203.552
- Risco de crédito	18.538.301	17.368.886
- Risco de mercado	727.525	171.738
- Risco operacional	705.033	1.623.068
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.970.859	19.163.692
Índice de Basileia	16,48%	11,50%
Capital nível I	11,90%	6,04%
Capital principal	11,90%	6,04%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e Carteira *Banking*; todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2015

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.453)	(482.218)	(960.942)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(232)	(58.454)	(108.561)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(144)	(23.953)	(49.586)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(179)	(4.483)	(8.967)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(21)	(2.118)	(4.035)
Total em 30/06/2015		(2.029)	(571.226)	(1.132.091)
Total em 30/06/2014		(3.589)	(599.532)	(1.206.871)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2015, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2015 e 30/06/2014.

Ativos – Dólar	30/06/2015	30/06/2014
Operações de crédito (ACC/CCE)	775.597	696.887
Outros Recebíveis	26.896	24.441
Total Ativos	802.493	721.328

Passivos – Dólar	30/06/2015	30/06/2014
Dívida subordinada	1.731.309	1.180.406
Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior	916.074	652.941
Obrigações por empréstimos no Exterior	62.127	223.079
Total Passivos	2.709.510	2.056.426

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2015 e 30/06/2014, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ativos - Dólar				
<i>Swap</i>	1.622.654	1.622.112	2.983.134	2.367.148
DDI	52.872	158.581	52.872	492
DOL	15.681	-	15.681	-
Total	1.691.207	1.780.693	3.051.687	2.367.640
Passivos - Dólar				
<i>Swap</i>	43.016	18.834	48.652	12.289
DDI	595.955	571.369	595.955	(3.113)
DOL	238.541	135.104	238.541	(131)
NDF	13.153	-	16.026	-
Total	890.665	725.307	899.175	9.045

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	30/06/2015			30/06/2014		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.208.580	1.194.383	(14.197)	1.275.561	1.280.791	(5.230)
- Ajuste de títulos para negociação	26.608	26.608	-	35.851	35.851	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	821.321	821.321	-	778.350	778.350	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	360.651	346.454	(14.197)	461.360	466.590	(5.230)
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	18.148.927	19.606.708	1.457.782	15.837.832	16.440.132	603.476
Depósitos a prazo	3.156.747	4.195.798	(1.039.051)	2.920.131	2.936.938	(16.807)
Depósitos Interfinanceiros	8.426.082	8.428.567	(2.485)	8.431.308	8.255.050	176.258
Recursos de emissão de títulos	5.213.411	5.169.550	43.861	4.876.439	4.441.961	434.478
Obrigações por empréstimos	164.057	67.221	96.836	324.718	336.731	(12.013)
Dívidas Subordinadas	1.875.530	1.871.657	3.873	1.305.677	1.674.860	(369.183)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			546.619			810.979

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio do Banco PAN no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição. No semestre findo em 30/06/2015, o montante da contribuição no Consolidado foi de R\$ 230 (R\$ 295 em 30/06/2014 no Consolidado).

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no semestre findo em 30/06/2015 a R\$ 16.095 no Consolidado (R\$ 11.960 em 30/06/2014 no Consolidado).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2015	30/06/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(116.546)	(268.547)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	47.492	-
Efeito no cálculo dos tributos:		118.374
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	(4)
Participação em controladas	4.595	-
Outros valores	(5.461)	949
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	46.626	119.319

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (Nota 3n).

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.122.914	68.179	(95.313)	1.095.780
Provisão para contingências cíveis	72.009	26.820	(20.913)	77.916
Provisão para contingências trabalhistas	30.978	19.797	(4.872)	45.903
Provisão para contingências tributárias	10.715	1.456	(2.712)	9.459
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.595	30.376	(29.181)	15.790
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	30.986	40.781	(27.323)	44.444
Outras provisões	74.373	51.037	(16.411)	108.999
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.356.570	238.446	(196.725)	1.398.291
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.457.610	3.278	(5.661)	1.455.227
Total dos créditos tributários	2.814.180	241.724	(202.386)	2.853.518
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(107.183)	(6.288)	25.273	(88.198)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.706.997	235.436	(177.113)	2.765.320

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2015, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 03/08/2015.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
2014	-	367.484	-	9.416	-	376.900
2015	478.062	465.658	1.025	19.534	479.087	485.192
2016	352.095	226.888	45.004	44.954	397.099	271.842
2017	282.424	131.520	33.488	105.278	315.912	236.798
2018	177.070	154.642	155.073	129.847	332.143	284.489
2019	84.303	59.621	169.702	190.931	254.005	250.552
2020	23.195	3.279	247.711	235.831	270.906	239.110
2021	1.142	-	343.272	274.302	344.414	274.302
2022	-	-	339.098	290.318	339.098	290.318
2023	-	-	10.871	49.431	10.871	49.431
2024	-	-	13.766	-	13.766	-
Total	1.398.291	1.409.092	1.359.010	1.349.842	2.757.301	2.758.934

Em 30/06/2015, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$1.698.875 no Consolidado (R\$ 1.778.846 no Consolidado em 30/06/2014).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 96.217 (R\$ 118.356 em 30/06/2014), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2015, o Banco PAN e o consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.137.970 (30/06/2014 - R\$ 1.220.245 no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 455.185 no Consolidado (30/06/2014 – R\$ 488.098 no Consolidado) em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(6.938)	(6.288)	11.689	(1.538)
Superveniência de depreciação	(100.245)	-	13.585	(86.660)
Total	(107.183)	(6.288)	25.274	(88.198)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(6.137)	-	5.374	(763)
Superveniência de depreciação	(136.698)	-	17.493	(119.205)
Total	(142.835)	-	22.867	(119.968)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 54.726 no 1º semestre de 2015 (R\$ 20.375 em 30/06/2014);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 30/06/2015 e 30/06/2014, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/2014, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96).

Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente; e

- g) Em 22/05/2015 foi publicada a MP nº 675/15 que aumenta a alíquota de CSLL de instituições financeiras de 15% para 20%, a partir de set/2015.

O Banco PAN aguardará a conversão da MP em Lei para uma análise mais profunda, uma vez que possíveis emendas podem ser propostas pelo Congresso Nacional.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 27 de agosto de 2015.

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

Banco Pan S.A. e controladas – Conglomerado Prudencial

**Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações contábeis consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2015**

Relatório dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Banco Pan S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Pan S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentação complementar do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Resumo das principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, que divulgam:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 32, existem em 30 de junho de 2015 créditos tributários registrados no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 3 de agosto de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

O Banco Pan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem ressalvas, em 03 de agosto de 2015.

São Paulo, 27 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0